

Síntese do informe:

Organização Mundial da Saúde e UNICEF alertam sobre redução drástica no número de vacinados.

UNICEF lança documento com Princípios Orientadores para Crianças em Movimento no Contexto das Mudanças Climáticas.

OMS apresenta novas ferramentas e estratégias para integrar a saúde sexual e reprodutiva na atenção primária à saúde, como componente fundamental da cobertura universal de saúde.

ONU Mulheres lança documento Igualdade de gênero para saúde e bem-estar: evidências avaliativas de interligações com outros ODS.

UNFPA lança Manual de Normas e Mudanças Sociais: em busca de eliminar a mutilação genital feminina.

Estratégias Globais Diante dos Desafios para a Cobertura Vacinal e para Garantia de Direitos Sexuais e Reprodutivos

Maria Teresa Rossetti Massari
Maria Auxiliadora de Souza Mendes Gomes

Organização Mundial da Saúde e UNICEF - Pandemia de COVID-19 alimenta o maior retrocesso contínuo de vacinação em 30 anos

A porcentagem de crianças que receberam três doses da vacina contra difteria, tétano e coqueluche (DTP3) – um marcador de cobertura vacinal dentro e entre países – caiu 5 pontos percentuais entre 2019 e 2021, para 81%. Como resultado, 25 milhões de crianças perderam uma ou mais doses de DTP3 por meio de serviços de vacinação de rotina somente em 2021 (2 milhões a mais que em 2020 e 6 milhões a mais que em 2019).

O declínio foi resultado de muitos fatores, incluindo:

- número crescente de crianças vivendo em ambientes de conflito, onde o acesso à imunização é muitas vezes desafiador,
- aumento da desinformação,
- problemas relacionados à COVID-19, como interrupções de serviços e cadeia de suprimentos, desvio de recursos para medidas de contenção à pandemia.

Embora uma ressaca pandêmica fosse esperada em 2021 como resultado das interrupções e bloqueios da COVID-19, o que se está vendo agora é um declínio contínuo. 18

milhões dos 25 milhões de crianças não receberam uma única dose de DTP durante o ano de 2021, a grande maioria das quais vive em países de baixa e média renda, com Índia, Nigéria, Indonésia, Etiópia e Filipinas registrando os números mais altos. Entre os países com os maiores aumentos relativos no número de crianças que não receberam uma única vacina entre 2019 e 2021 estão Mianmar e Moçambique.

Esperava-se que 2021 fosse um ano de recuperação durante o qual os programas de imunização, até então sobrecarregados, seriam reconstruídos. Em vez disso, a cobertura de DTP voltou ao seu nível mais baixo desde 2008, o que, juntamente com o declínio na cobertura de outras vacinas básicas, tirou o mundo do caminho para atingir as metas globais, incluindo o indicador de imunização para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Este retrocesso histórico nas taxas de imunização está acontecendo em um cenário de taxas crescentes de desnutrição aguda grave. Uma criança desnutrida já tem imunidade enfraquecida e vacinas perdidas podem significar que doenças comuns da infância rapidamente se tornem letais. A convergência de uma crise de fome com uma crescente lacuna de imunização ameaça criar as condições para uma crise de sobrevivência infantil.

Níveis de cobertura inadequados já resultaram em surtos evitáveis de sarampo e poliomielite nos últimos 12 meses, ressaltando o papel vital da imunização na manutenção da saúde de crianças, adolescentes, adultos e sociedades.

A cobertura da primeira dose de sarampo caiu para 81% em 2021, também o nível mais baixo desde 2008. Isso significa que 24,7 milhões de crianças perderam a primeira dose da vacina de sarampo em 2021 (5,3 milhões a mais do que em 2019). Outros 14,7 milhões não receberam a segunda dose necessária. Da mesma forma, em comparação com 2019, mais 6,7 milhões de crianças perderam a terceira dose da vacina contra a poliomielite e 3,5 milhões perderam a primeira dose da vacina contra o HPV – que protege as meninas contra o câncer do colo do útero mais tarde na vida.

O declínio acentuado de dois anos segue quase uma década de progresso estagnado, ressaltando a necessidade de não apenas abordar as interrupções relacionadas à pandemia, mas também os desafios sistêmicos de imunização para garantir que todas as crianças e adolescentes sejam alcançados.

Serão necessários esforços monumentais para alcançar níveis universais de cobertura e prevenir surtos. A [Agenda de Imunização Global 2030 \(IA2030\)](#) é uma estratégia para todos os países e parceiros globais relevantes para atingir metas estabelecidas na prevenção de doenças por meio da imunização e entrega de vacinas a todos, em todos os lugares, em todas as idades. Ela propõe:

- Intensificar os esforços para a recuperação da vacinação para enfrentar o retrocesso na imunização de rotina, expandir os serviços em áreas carentes para alcançar crianças perdidas e implementar campanhas para prevenir surtos;
- Implementar estratégias baseadas em evidências, centradas nas pessoas e personalizadas para construir confiança nas vacinas e imunização, combater a desinformação e aumentar a aceitação de vacinas, especialmente entre as comunidades vulneráveis;
- Garantir resposta à pandemia e esforços de fortalecimento da arquitetura global de saúde, levando à investimentos em serviços de Atenção Primária à Saúde (APS), com apoio explícito para fortalecer e sustentar a imunização essencial;
- Assegurar o compromisso político dos governos nacionais e aumentar a alocação de recursos internos para fortalecer e sustentar a imunização na APS;
- Priorizar o fortalecimento dos sistemas de informação em saúde e vigilância de doenças para fornecer dados e monitoramento necessários para que os programas tenham o máximo impacto; e
- Alavancar e aumentar o investimento em pesquisa para desenvolver e melhorar vacinas e serviços de imunização para que possam atender às necessidades da comunidade e cumprir as metas do IA2030.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#) e [clique aqui](#).

UNICEF lança documento com Princípios Orientadores para Crianças em Movimento no Contexto das Mudanças Climáticas

O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), a Organização Internacional para as Migrações (OIM), a Universidade de Georgetown e a Universidade das Nações Unidas lançaram novas diretrizes para fornecer uma estrutura política global para ajudar a proteger, incluir e capacitar as crianças em movimento no contexto das mudanças climáticas.

As mudanças climáticas estão se cruzando com as condições ambientais, sociais, políticas, econômicas e demográficas existentes, contribuindo para a decisão das pessoas de se mudar. Somente em 2020, quase 10 milhões de crianças foram deslocadas após choques

relacionados ao clima. Com cerca de um bilhão de crianças – quase metade dos 2,2 bilhões de crianças do mundo – vivendo em 33 países sob alto risco dos impactos das mudanças climáticas, milhões a mais de crianças podem estar em movimento nos próximos anos.

O documento fornece um conjunto de 9 princípios que abordam as vulnerabilidades únicas e em camadas das crianças em movimento, tanto internamente quanto além-fronteiras, como resultado dos impactos adversos das mudanças climáticas. Atualmente, a maioria das políticas de migração relacionadas à criança não considera fatores climáticos e ambientais, enquanto a maioria das políticas de mudança climática ignora as necessidades específicas das crianças. Eles foram desenvolvidos para salvaguardar os direitos e o bem-estar das crianças que se deslocam no contexto das alterações climáticas:

1. Abordagem baseada em direitos - Crianças que se movem no contexto das mudanças climáticas devem manter todos os seus direitos já assegurados na Convenção sobre os Direitos da Criança.
2. Melhor interesse da criança - Em todas as decisões e ações que afetam as crianças em movimento, é primordial considerar seus interesses.
3. Responsabilidade - Governos e outros atores são responsáveis por suas decisões e ações que contribuem para a mobilidade das crianças no contexto das mudanças climáticas.
4. Conhecimento e participação na tomada de decisões - As crianças têm o direito de serem informadas, consultadas e de participar em tomar decisões para se deslocar ou permanecer no contexto das mudanças climáticas, em consonância com a sua “idade e maturidade”.
5. Unidade familiar - As crianças que se deslocam no contexto das mudanças climáticas têm o direito de serem cuidadas por seus pais ou cuidadores e não ser separado deles. Se a separação ocorrer, as crianças têm direito a proteção e assistência especiais por parte do Estado que deve assegurar os seus cuidados alternativos temporários e tomar todas as medidas necessárias para reuni-las com seus pais ou outros parentes.
6. Proteção e segurança - As crianças em movimento no contexto das mudanças climáticas têm o direito de estarem seguras durante todas as fases do movimento. Isso inclui proteção contra danos físicos e emocionais, violência de gênero, exploração, tráfico e extorsão, bem como ter acesso à asilo e/ou refúgio.
7. Acesso à educação, assistência médica e serviços sociais - As crianças que se deslocam no contexto das mudanças climáticas têm direito ao acesso à educação, cuidados de saúde e outros serviços sociais, em todas as fases do seu percurso.
8. Não discriminação - As crianças em movimento no contexto das mudanças climáticas têm o direito de tratamento não discriminatório e às disposições necessárias para lhes

permitir exercer os seus direitos, independentemente da sua situação migratória ou dos seus pais.

9. Nacionalidade - Quando crianças apátridas se mudam no contexto das mudanças climáticas, ou quando as crianças se tornam apátridas como resultado de se afastarem seu país de nacionalidade, os Estados têm a obrigação de assegurar que tenham uma nacionalidade incluindo, se necessário, a concessão de a nacionalidade do Estado receptor.

Esses Princípios Orientadores devem ser usados por governos locais e nacionais, organizações internacionais e grupos da sociedade civil que trabalham com crianças em movimento no contexto das mudanças climáticas. Eles são baseados no direito internacional existente, bem como em diretrizes ou estruturas operacionais que foram desenvolvidas por uma variedade de interessadas. Os Princípios são derivados da Convenção sobre os Direitos da Criança e não criam novas obrigações legais internacionais.

Para acessar a notícia [clique aqui](#), e para acessar o documento completo, [clique aqui](#).

Organização Mundial da Saúde - Acesso universal à saúde sexual e reprodutiva: novas ferramentas oferecem estratégias para integrar a saúde sexual e reprodutiva na atenção primária à saúde, como componente fundamental da cobertura universal de saúde

A OMS lançou duas novas ferramentas que oferecem estratégias baseadas em evidências para apoiar a integração eficaz e eficiente dos serviços de saúde sexual reprodutiva (SSR) nas estratégias nacionais de atenção primária à saúde (APS) para avançar no progresso rumo à cobertura universal de saúde.

Os sistemas de saúde que atingem a cobertura universal em saúde e os ODS relacionados à saúde dependem fortemente de uma base sólida de APS. A maioria dos serviços de SSR, como cuidados pré-natais e pós-natais, contracepção e aborto, podem ser prestados por meio da APS. No entanto, quase todas as pessoas em idade reprodutiva – cerca de 4,3 bilhões de pessoas – não terão acesso a pelo menos uma intervenção essencial de saúde reprodutiva ao longo de suas vidas. São necessárias mais experiências com formas claras de implementar a prestação desses serviços.

Isso requer compromisso político e estratégias coerentes. Nesse sentido, essas ferramentas visam ajudar os tomadores de decisão, gerentes de programas, sociedade civil, pesquisadores e comunidades mais amplas de sistemas de saúde.

A primeira ferramenta é o manual [Considerações críticas para alcançar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva no contexto da cobertura universal de saúde por meio de uma abordagem de atenção primária à saúde](#). O conteúdo abrange orientações para a inclusão de serviços abrangentes de SSR em pacotes de benefícios de saúde, planejamento e implementação de pacotes integrados de serviços de SSR, bem como processos de responsabilização e medidas para garantir o acesso universal a todos os serviços essenciais de SSR.

O manual pede a identificação dos direitos e responsabilidades dos grupos-alvo; monitoramento da implementação dos planos de ação nacionais; assegurar recursos suficientes; informar e apoiar os prestadores de cuidados de saúde; e tornar os sistemas de saúde mais adaptáveis.

O documento também destaca exemplos de integração dos serviços de SSR na APS em muitos países. Esses exemplos demonstram uma variedade de abordagens entre os países que levam em conta os contextos econômicos, sociais e culturais que influenciam os serviços de SSR, bem como as lições e táticas que podem ser aplicadas em quase todos os contextos.

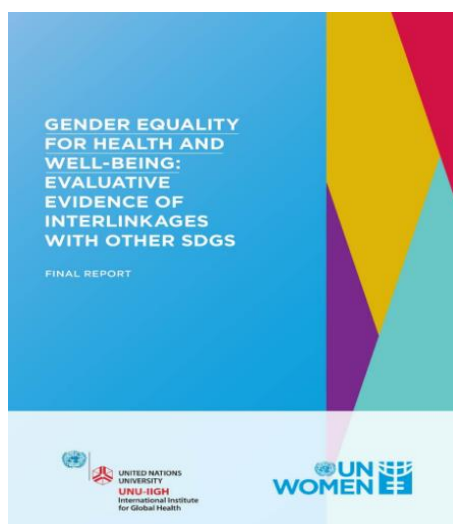
Aprendendo por Compartilhamento do Portal - O [Learning by Sharing Portal](#) (LSP) é uma segunda ferramenta para apoiar a integração da SSR em reformas mais amplas relacionadas à cobertura universal da saúde. O portal, lançado em 19 de julho de 2022, é um repositório online de estudos de caso qualitativos que documentam as experiências na implementação de sistemas integrados. O objetivo é reunir ferramentas normativas e orientações para os Estados membros, aproximando os programas.

Tanto o Manual quanto o LSP enfatizam que o progresso rumo ao acesso universal aos serviços de SSR depende da participação significativa das pessoas afetadas por essas políticas em todos os aspectos do planejamento, implementação, monitoramento e prestação de contas.

Para acessar a notícia completa, [clique aqui](#).

No Brasil, o Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira – IFF/FIOCRUZ, vem contribuindo, por meio do Portal de Boas Práticas, para a superação de um dos desafios em relação à cobertura universal em SSR. O Portal tem disponibilizado conteúdo sobre esse tema com objetivo de orientar e qualificar as práticas em saúde, com acesso livre abordagem multiprofissional. Tópicos como [Risco Reprodutivo e Contracepção](#), [Contracepção: métodos que apoiam o planejamento reprodutivo](#), [Inserção do DIU de Cobre: como e quando fazer?](#) e [Planejamento Reprodutivo, Polícias Públicas e Normas Legais](#) integram esse acervo e tem sido utilizados em atividades de educação permanente e de formação profissional.

ONU Mulheres - lança documento Igualdade de gênero para saúde e bem-estar: evidências avaliativas de interligações com outros ODS



um ou alguns indicadores que não avaliam a interdependência entre os objetivos e metas. O relatório apresenta um estudo que utilizou modelos conceituais, e analisou os dados do Grupo de Avaliação das Nações Unidas, para mostrar a interdependência do ODS 5 (igualdade de gênero) e ODS 3 (saúde e bem estar).

Compreender as interações entre os ODS é crucial para avançar na sua implementação. A atual abordagem de avaliação dos ODS é baseada em apenas

A Agenda da ONU para 2030 enfatiza a igualdade de gênero como uma meta transversal. Igualdade de Gênero refere-se à igualdade de direitos, responsabilidades, e oportunidades para mulheres e homens, bem como para meninas e meninos. Igualdade não significa que mulheres e homens se tornarão iguais, mas que seus direitos, responsabilidades e oportunidades não dependerão de terem nascido homem ou mulher.

Estudos recentes têm mostrado que abordar as desigualdades de gênero é a maneira mais impactante de cumprir todos os cinco pilares do compromisso global: Pessoas, Planeta, Paz, Prosperidade e Parcerias.

Os efeitos de oportunidades desiguais na saúde e no bem-estar vinculados ao gênero, são bem documentados na literatura especializada. Há diversos exemplos de como a igualdade de gênero contribui para a saúde e o bem-estar. As cotas de gênero no parlamento foram associadas a um declínio entre 9% e 12% na mortalidade materna. Esta associação pode ser explicada pela forma como as mulheres defendem aumento na proporção de atendimentos pré-natal, maior qualificação no parto, maiores taxas de matrículas escolares para meninas, o que leva a uma diminuição nas taxas de natalidade em adolescentes. Além disso, as mulheres líderes políticas contribuem para desafiar normas que contribuem para melhorias em uma série de resultados relacionados à saúde.

O relatório conclui que a igualdade de gênero tem fortes ligações com a saúde e o bem-estar, direta ou indiretamente, por meio de outros ODS em contextos multissetoriais e colaborativos. Em outras palavras, a promoção da igualdade de gênero está associada a melhorias em uma variedade de resultados de saúde, bem-estar e outros resultados de desenvolvimento.

Para acessar o documento completo, [clique aqui](#).

UNFPA - Manual de Normas e Mudanças Sociais: em busca de eliminar a mutilação genital feminina

A UNFPA atualizou o Manual de Normas e Mudanças Sociais, publicado em 2016 em parceria com a UNICEF. O material visa contribuir para criar clareza conceitual e apresentar intervenções para abordar e facilitar a mudança de normas sociais, com foco na eliminação da mutilação genital feminina (MGF), ODS 5.3.

O manual fornece exemplos práticos e conceitos teóricos para compreender os processos relacionados com as mudanças de atitudes e comportamentos e propõe a realização de um workshop de cinco dias. Esse treinamento tem como alvo os gestores de programas que tem como objetivo erradicar práticas nocivas e violência contra meninas e mulheres.

- Módulo 1 - [Mutilação genital feminina, como dinâmica de uma norma social](#) - O foco é explicar os diferentes conceitos no que se refere às normas sociais. Isso inclui normas sociais, diferentes tipos de comportamentos coletivos e as razões que os impulsionam, comportamentos independentes e interdependentes, expectativas sociais, pessoas que influenciam nossas ações e outras.
- Módulo 2 - [Da desigualdade de gênero a normas sociais positivas](#) - Aborda como as normas de gênero influenciam os papéis atribuídos a homens e mulheres na sociedade e também limita as oportunidades para as mulheres. Sublinha o fato de que a igualdade de gênero não é apenas um direito humano fundamental, mas uma base necessária para um mundo pacífico, próspero e justo.
- Módulo 3 - [Legislação como Ferramenta para Mudança Comportamental e Social](#) - Discute como na sociedade existem normas que definem como seus membros devem se comportar e essas são as regras que mantêm os grupos humanos unidos. Discute principalmente os três diferentes tipos de normas que regulam nosso comportamento no mundo social: normas sociais, morais e jurídicas.
- Módulo 4 - [Consenso Coletivo e Mudança de Normas Prejudiciais: Elementos Transformadores para Mudança](#) - Destaca como cada contexto social tem seu próprio conjunto específico de normas e expectativas sobre a maneira aceitável de se comportar e discute os princípios comuns que levam a processos de mudança social em qualquer situação.
- Módulo 5 - Juntando tudo - Fornece orientação para indivíduos ou equipes de países para organizar e apresentar seus projetos.

Para acessar o relatório completo, [clique aqui](#).